



A qualidade do ensino da Rede Pública Estadual avançou ou regrediu?

José Gayoso

Relações Institucionais do IQE – Instituto Qualidade no Ensino

Em artigo anterior, analisamos a educação pública piauiense à luz dos resultados recentemente publicados pelo INEP (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira). Naquela oportunidade, informações como o IDEB (Índice de Desenvolvimento da Educação Básica), taxas de distorção idade-série e abandono (evasão escolar) foram dissecadas, propiciando ao leitor dados relevantes acerca da situação preocupante em que se encontra a Rede Pública Estadual, notadamente os anos finais do Ensino Fundamental (Ginásio como chamávamos antigamente) - 53 mil matrículas e Ensino Médio - 125 mil matrículas.

A verdade é que andamos para trás, como demonstra o quadro abaixo que mostra as notas (escala de 0 a 10) obtidas pela Rede Pública Estadual nas avaliações oficiais (Prova Brasil para o Ensino Fundamental e SAEB para o Ensino Médio):

Nota (Proficiência)	2005	2007	2009	2011	2013
Ensino Fundamental – 9º ano	3,87	4,16	4,37	4,50	4,48
Ensino Médio – 3º ano	3,56	3,55	3,73	3,83	3,74

Fica evidente que, no Ensino Fundamental, os avanços conseguidos a partir de 2005 não se repetiram de 2011 a 2013. Já no Ensino Médio não foi diferente, também involuímos de 2011 para 2013. Em resumo: nesse período, tanto o Ensino Fundamental quanto o Médio, providos pela Rede Estadual de Ensino, andaram para trás. O que fazer para reverter esse quadro? Quais as causas que deterioraram a qualidade do ensino na Rede Estadual? Por que os resultados obtidos entre 2005 a 2011 não se sucederam entre 2011/2013?

A resposta não é simples e requer uma análise profunda, extensiva aos inúmeros problemas que hoje se encontram presentes na educação pública. Os desafios a serem enfrentados pelo Piauí não diferem, na sua essência, dos demais estados brasileiros. Adequação da infraestrutura escolar; integração entre escola e comunidade; formação continuada em serviço dos docentes e gestores; definição de um currículo mínimo (conjunto de competências e habilidades) que seja efetivamente praticado em todas

as escolas; diminuição da rotatividade dos professores (com diminuição do número de professores temporários), além do estabelecimento de uma política consistente de cargos e salários devem compor as prioridades do próximo governo estadual. O atendimento dessas prioridades pode reverter o quadro atual, levando a um novo ciclo de crescimento.

Nesse contexto, acreditamos que as ações indicadas a seguir possam levar nosso Estado, em particular a Rede Pública Estadual de Ensino, a um novo ciclo virtuoso: - Aplicação de avaliações diagnósticas de aprendizagem semestrais, com devolução dos resultados em até 45 dias, objetivando trabalhar, em sala de aula, as habilidades identificadas como não dominadas pelos alunos; - Fixação de metas a serem atingidas entre uma avaliação e outra; - Ampliação do número de escolas em tempo integral, tanto para o Ensino Fundamental (anos finais) quanto para o Médio. - Acima de tudo, e principalmente, a implantação, em caráter permanente, de um programa de formação continuada em serviço para todos os professores e gestores da Rede. Isso é, disso não temos dúvida, a mola propulsora que ampara a melhoria contínua da qualidade no ensino.